

# **São Paulo Turismo S.A.**

**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e  
2023 acompanhadas do Relatório dos Auditores  
Independentes**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes  
Relatório da Administração  
Demonstrações contábeis  
Notas explicativas às demonstrações contábeis

# Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas

**São Paulo Turismo S.A**

São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **São Paulo Turismo S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **São Paulo Turismo S.A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfases

### Transações entre partes relacionadas

Chamamos a atenção às notas explicativas nº 6 e 27, que demonstram que as transações com partes relacionadas representam parte significativa das operações de serviços da São Paulo Turismo S.A. Essas operações foram realizadas em condições firmadas entre as partes e, se caso fossem realizadas em condições usuais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos apresentados nestas demonstrações contábeis. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

### Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia em Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, a São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela “Concorrência Internacional nº 001/20”, o qual adjudicou a concessão do “Complexo Anhembi” à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 anos. Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e a Interviente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga

onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R\$53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022. A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R\$12.113 mil e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária. A assinatura da “Ordem de início” ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária. Os bens vinculados à Concessão são reversíveis à São Paulo Turismo S.A., ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desses assuntos.

#### **Ajustes de exercícios anteriores**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 em decorrência do registro de ajustes de exercícios anteriores, as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, estão sendo ajustadas como previsto na NBC TG 23 (R1) - “Práticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros”. Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro 2024, revisamos também esses ajustes e, em nossa opinião, eles foram adequadamente efetuados, em todos os aspectos relevantes.

#### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### **Transações com partes relacionadas**

**Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia obteve grande parte de suas receitas auferidas de transações entre partes relacionadas, cuja operações tiveram efeito significativo nas demonstrações contábeis da Companhia, podendo acarretar risco quanto à capacidade do auditor em obter evidências de auditoria de que todos os aspectos da transação com parte relacionada são equivalentes aos de transação similar sob condições usuais de mercado. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, contemplaram: (i) entendimento das transações entre partes relacionadas para identificação de operações fora do curso normal dos negócios da Companhia; (ii) análise do reconhecimento, mensuração das transações entre partes relacionadas; e (iii) exame da divulgação das transações entre partes relacionadas em nota explicativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as informações contábeis de partes relacionadas e seus reflexos nas demonstrações contábeis, bem como suas respectivas divulgações apresentadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

#### **Provisão para contingências**

**Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia possui diversos processos judiciais e administrativos em andamento, principalmente de natureza cível e trabalhista, cuja Administração, amparada de seus assessores jurídicos internos, classifica probabilidades de perdas entre remota, possível e provável. Esse assunto exige julgamento crítico envolvendo estimativas significativas baseadas em opiniões legais de assessores jurídicos, em relação à probabilidade de êxito e estimativa de perdas relacionadas às discussões judiciais ou riscos. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos de auditoria,

entre outros, contemplaram: (i) entendimento dos procedimentos adotados pelos assessores jurídicos no controle e avaliação de processos judiciais e administrativos, e da base de julgamento das estimativas de perdas e prognósticos adotados diante das informações disponíveis; (ii) obtenção da carta de confirmação junto aos assessores jurídicos internos da Companhia e avaliação da classificação das probabilidades de perda de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, comparando com os registros extracontábeis; (iii) teste de aderência entre as informações contábeis registradas e divulgadas em nota explicativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as informações contábeis de provisão para contingência e seus reflexos nas demonstrações contábeis, bem como suas respectivas divulgações apresentadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

## **Outros Assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações contábeis, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzida sob a nossa responsabilidade, cuja opinião em 26 de março de 2024, não continha ressalva. Constatou-se parágrafo de ênfase sobre os mesmos assuntos descritos em “concessão onerosa” e “partes relacionadas”, e sobre a continuidade operacional dos negócios.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2025.

Luiz Carlos Soares da Silva  
Contador CRC 1SP-228.054/O-4

**Conatus Auditores Independentes S.S.**  
CRC 2SP-037.537/O-1

# **SÃO PAULO TURISMO S/A**

Companhia Aberta

CNPJ 62.002.886/0001-60

**Demonstrações Financeiras Referentes ao  
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024  
e Relatório dos Auditores Independentes**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCOS ARBAITMAN

Presidente do Conselho de Administração

Membros do Conselho

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA

ANTONIO CARLOS CARUSO

ALMINO MONTEIRO ALVARES AFFONSO

FERNANDO BARRANCOS CHUCRE

JOÃO PAULO DE BRITO

OMAR CASSIM NETO

SAULO CHRISTIAN DA COSTA LIMA

DIRETORIA

GUSTAVO GARCIA PIRES

Diretor Presidente

PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI

Diretor Jurídico e de Conformidade

RAFAEL CARVALHO DA LAVRA

Diretor de Representação dos Empregados

RODRIGO KLUSKA ROSA

Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

DANIEL OSHIRO

Diretora de Inovação, Marketing e Parcerias

FELIPE AMÉRICO PITA

Diretor de Clientes e Eventos

SANDRO AUGUSTO CUOGHI

Diretor de Estruturação de Negócios

CONSELHO FISCAL

DANILO HATSUMURA

EDUARDO NORDSKOG DUARTE

PATRICIA DI DONATO FIRMINO

JOSE CARLOS PALACIOS MUNOZ

GENIVAL FRANCISCO DA SILVA

Contador

FABIO DE ANDRADE CARDOSO

Contador – CRCCT n. ° 1SP270547/O-9

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

### **CONTEÚDO**

<b>Relatório da Administração</b>	<b>10</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>18</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>19</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>20</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>21</b>
<b>Notas explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	<b>22</b>
<b>Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras</b>	<b>49</b>
<b>Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes</b>	<b>51</b>
<b>Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário</b>	<b>52</b>
<b>Parecer do Conselho de Administração</b>	<b>56</b>
<b>Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>59</b>

**SÃO PAULO TURISMO S/A**

**Companhia Aberta**

**CNPJ: 62.002.886/0001-60**

**Relatório da Administração  
2024**

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas

A Administração da São Paulo Turismo S.A. (“Companhia” e/ou “Spturis”), em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes divulgados nas Demonstrações Contábeis do período de 12 (doze) meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, contidas no Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP).

## Empresa Estatal Dependente

Durante o exercício de 2024, após 03 (três) anos, de resultados positivos e sem nenhum pedido de subvenção, a Companhia, por meio de Processo SEI 7210.2024/0003213-9, formalizou o pedido de exclusão da dependência e, com a aprovação dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal da Fazenda (SF), a SPTURIS voltou a ser independente a partir do exercício de 2025.

## Governança Corporativa

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e no "Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Aberta”, em atendimento à Resolução CVM nº 80/22.

## Desempenho

Um dado importante que vale demonstrar, é a recuperação da Companhia, que vem sendo constante, e refletida na redução do seu prejuízo acumulado histórico, conforme demonstrado no quadro abaixo, dos últimos 5 anos:



A receita com a prestação de serviços públicos (Eventos), concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

No setor privado, (Anhembi), refere-se à apropriação de receita com outorga da concessão do Complexo Anhembi para a SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.

O quadro abaixo mostra o **faturamento de serviços prestados e concessão do Complexo Anhembi** até 31 de dezembro de 2024, comparado a 2023, em R\$ mil.

	DEZ/24	DEZ/23	Var. %
(+) EVENTOS / PMSP	716.437	562.969	27%
(+) ANHEMBI	13.393	17.039	-21%
(=) RECEITA OPERACIONAL (a)	729.830	580.008	26%
(+) SUBVENÇÕES (b)	-	38.146	-100%
(=) RECEITA TOTAL	729.830	618.154	18%

**Variações relevantes:**

a) O aumento na “Receita Operacional” decorreu devido a um maior volume dos eventos ocorridos em 2024, 3.723 eventos, (3.607 em 2023), na Cidade de São Paulo,

b) Face aos resultados apresentados pela Companhia nos últimos exercícios, não foi necessário, no exercício de 2024, nenhum pedido de “Subvenção” a fim de custear nossas operações. Para ano de 2025, a Companhia não faz mais parte da Dependência Orçamentaria da Prefeitura do Município de São Paulo.

O quadro abaixo mostra o **fluxo de caixa** até dezembro no comparativo de 2024 e 2023 (em R\$ mil).

Descrição	Anual / Acumulado		
	dez/24	dez/23	Variação
<b>1. TOTAL ENTRADAS</b>	<b>612.340</b>	<b>531.931</b>	<b>15%</b>
1.1 Anhembi	17.210	6.556	163%
1.2 Eventos / PMSP (a)	595.130	487.229	22%
1.3 Subvenções Municipais	-	38.146	-100%
<b>2. TOTAL SAÍDAS</b>	<b>579.089</b>	<b>520.855</b>	<b>11%</b>
2.1 Pessoal (b)	45.713	36.914	24%
2.2 Serviços Públicos	929	179	419%
2.3 Tributos/ Parcelamento (c)	27.824	42.570	-35%
2.4 Fornecedores/ Outras	504.624	441.192	14%
<b>RESULTADO</b>	<b>33.251</b>	<b>11.076</b>	<b>300%</b>

- a) O incremento de 22%, foram decorrentes do aumento dos eventos realizados na cidade de São Paulo, em especial, Fórmula E, World Endurance Championship (WEC), National Football League (NFL), além de um maior volume de eventos realizados em 2024.
- b) O aumento de 24% em Pessoal, no item 2.1, é decorrente do pagamento de dissídio coletivo da categoria e de valores retroativos.
- c) A redução de 35% em Tributos/Parcelamentos, item 2.3, decorre da economia com a utilização do benefício PERSE e compensações fiscais com créditos, dos encargos de folha de pagamento no ano de 2024.

### **Relacionamento com os auditores**

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, durante o exercício de 2024, os Auditores Independentes, Conatus Auditores Independentes S/S, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

### **Relações com os Investidores**

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como por meio de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0670, e-mail: [rodrigokluska@spturis.com](mailto:rodrigokluska@spturis.com)).

### **Considerações finais**

Nos últimos 05 (cinco) anos a SPTuris esteve dependente orçamentariamente da Prefeitura da Cidade de São Paulo, onde teve que operacionalizar o Sistema de Orçamento e Finanças (SOF), seguindo todas as regras e diretrizes do Decreto de Execução Orçamentária, o qual regulamenta anualmente os gastos da Administração, aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Nesse interim, a Diretoria Executiva da SPTuris adotou e executou diversas ações que proporcionaram à São Paulo Turismo um plano de recuperação da Companhia (Concessão/Arrendamento do Anhembi, Redução do Quadro de funcionários e do Custo Administrativo e Plano de Novos Negócios), que alcançaram êxito.

Todas essas ações administrativas, seguindo plano apresentado, levaram a SPTuris a alcançar **Lucros Líquidos nos últimos 03 (três) anos**, o que fundamentou e embasou nosso pedido de **exclusão nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura de São Paulo, voltando a ser uma empresa INDEPENDENTE ORÇAMENTARIAMENTE a partir deste exercício de 2025, conforme processo SEI 7210.2024/0003213-9.**

Desta forma, diante de todo exposto, com uma nova SPTuris, caminhando pujante, com **receitas recordes, lucro contábil consolidado, liquidez independente de caixa**, assim como a cidade e sua gestão, com diversos novos e grandes eventos, de todos os formatos, modelos e naturezas Para o ano de 2025, apesar do cenário nacional incerto e desafiador, com inflação e elevação dos juros com tendência de alta, a Companhia seguirá dinâmica e atuante, com os novos eventos que está trazendo para a Cidade São Paulo e o aprimoramento dos seus processos e governança.

## **Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 26 de março de 2025.

A Administração

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Balanços Patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes caixa	<b>5</b>	91.089	58.006
Contas a receber de clientes	<b>6</b>	74.495	75.112
Tributos a recuperar	<b>7</b>	181.858	103.211
Despesas antecipadas		4.446	4.612
Outros valores a receber		395	118
<b>Total circulante</b>		<b>352.283</b>	<b>241.059</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo	<b>16</b>	3.464	3.104
Propriedades para Investimento	<b>8</b>	195.777	201.417
Imobilizado	<b>9</b>	781	786
Intangível	<b>10</b>	4.129	3.617
<b>Total não circulante</b>		<b>204.151</b>	<b>208.924</b>
<b>Ativo total</b>		<b>556.434</b>	<b>449.983</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Balanços Patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	<b>11</b>	43.014	43.197
Obrigações trabalhistas	<b>12</b>	7.945	7.121
Obrigações tributárias	<b>13</b>	18.488	64.980
Arrendamentos	<b>14</b>	1.533	843
Recursos Carnaval futuro		256	256
Empresas municipais		136	391
Adiantamentos de clientes	<b>15</b>	2.150	2.028
Receita diferida ISS/IPTU	<b>13</b>	2.017	1.708
Subvenções	<b>17</b>	840	840
<b>Total circulante</b>		<b>76.379</b>	<b>121.364</b>
<b>Não circulante</b>			
Empresas municipais		-	131
Obrigações tributárias	<b>13</b>	120.137	119.908
Arrendamentos	<b>14</b>	2.824	2.984
Provisões para contingências	<b>16</b>	40.616	51.180
Adiantamentos de clientes	<b>15</b>	46.276	48.068
Receita diferida – ISS/IPTU	<b>13</b>	16.958	16.136
Subvenções	<b>17</b>	8.831	9.670
<b>Total não circulante</b>		<b>235.642</b>	<b>248.077</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>18</b>		
Capital social		246.149	246.149
Reserva de reavaliação		111.803	113.582
Prejuízos acumulados		(113.539)	(279.189)
<b>Total do PL</b>		<b>244.413</b>	<b>80.542</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>556.434</b>	<b>449.983</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações dos resultados**  
**Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Receita líquida de prestação de serviços</b>	<b>19</b>	<b>726.361</b>	<b>609.511</b>
Custo dos serviços prestados	20.1	(546.554)	(424.209)
<b>Resultado bruto</b>		<b>179.807</b>	<b>185.302</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(34.064)</b>	<b>(62.605)</b>
Despesas administrativas	20.2	(42.711)	(63.513)
Outras receitas operacionais		8.647	908
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>145.743</b>	<b>122.697</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas financeiras, líquidas	21	(3.510)	(10.717)
<b>Resultado antes dos tributos sobre lucro</b>		<b>142.233</b>	<b>111.980</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	8.002	(26.051)
<b>Lucro Líquido dos exercícios</b>		<b>150.235</b>	<b>85.929</b>
<b>Lucro por ação (Em reais)</b>	<b>24</b>	<b>17,58</b>	<b>10,06</b>

As notas explicativas são parte integram/te das demonstrações financeiras.

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
**Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Lucro líquido dos exercícios</b>	<b>150.235</b>	<b>85.929</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Realização da reserva de reavaliação	2.224	1.241
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(445)	(298)
	<b>1.779</b>	<b>943</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>152.014</b>	<b>86.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio**  
**Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	Capital Social	Reserva de reavaliação	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>246.149</b>	<b>114.525</b>	<b>(366.359)</b>	<b>(5.685)</b>
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.241)	1.241	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	298	-	298
Lucro líquido do exercício	-	-	85.929	85.929
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>246.149</b>	<b>113.582</b>	<b>(279.189)</b>	<b>80.542</b>
Realização da reserva de reavaliação	-	(2.224)	2.224	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	445	-	445
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	13.191	13.191
Lucro líquido do exercício	-	-	150.235	150.235
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>246.149</b>	<b>111.803</b>	<b>(113.539)</b>	<b>244.413</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxo de Caixa das Atividades operacionais</b>	<b>159.424</b>	<b>117.499</b>
<b>Lucro líquido dos exercícios</b>	<b>150.235</b>	<b>85.929</b>
<b>Ajustes – itens que não afetam o caixa:</b>	<b>9.189</b>	<b>31.570</b>
Depreciação e amortização	5.906	6.940
Resultado de baixa de ativo imobilizado e intangível	-	398
Realização de subvenção em imobilizado	(839)	(840)
Juros e variações monetárias	13.478	14.269
Receita diferida realizada	685	(2.006)
Provisões para contingências	(10.564)	12.547
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(159)
Provisão de férias	521	640
Perdas por desvalorização	-	(219)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>(126.095)</b>	<b>(105.128)</b>
Clientes	617	(41.392)
Despesas antecipadas	166	166
Tributos a recuperar	(65.456)	(82.230)
Depósitos judiciais	(360)	(852)
Concessão Complexo Anhembi	(278)	10.091
Fornecedores	(183)	23.965
Obrigações tributárias	(59.280)	13.522
Obrigações trabalhistas	302	(1.092)
Adiantamentos de clientes	(1.670)	(13.863)
Recursos municipais – Eventos	-	(13.380)
Outros passivos	47	(63)
<b>Recursos líquidos originados (aplicados) em atividades operacionais</b>	<b>33.327</b>	<b>12.371</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
(Aquisição) / baixa de ativo imobilizado	(262)	(227)
(Aquisição) / baixa de ativo intangível	(512)	-
<b>Recursos líquidos aplicado em atividades de investimento</b>	<b>(774)</b>	<b>(227)</b>
Aumento (redução) passivo de arrendamento	530	(1.068)
<b>Recursos líquido originado em atividades de financiamento</b>	<b>530</b>	<b>(1.068)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>33.083</b>	<b>11.076</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>58.006</b>	<b>46.930</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>91.089</b>	<b>58.006</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>33.083</b>	<b>11.076</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Receitas</b>		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	729.830	580.008
Outras Receitas	8.647	907
Receitas Canceladas	(610)	(1.695)
Reversão (constituição) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-
	<b>737.867</b>	<b>579.220</b>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(283.233)	(198.603)
	<b>(283.233)</b>	<b>(198.603)</b>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>454.634</b>	<b>380.617</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortização	(7.583)	(6.941)
	<b>(7.583)</b>	<b>(6.941)</b>
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa</b>	<b>447.051</b>	<b>373.676</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>		
Receitas financeiras	8.355	10.598
	<b>8.355</b>	<b>10.598</b>
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>455.406</b>	<b>384.274</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>455.406</b>	<b>384.274</b>
Remuneração do trabalho	41.877	47.593
Remuneração (consumo) dos Governos	17.151	23.121
Federal	5.493	41.588
Estadual	6	-
Municipal	11.652	(18.467)
Impostos municipais	11.652	19.679
Subvenções municipais	-	(38.146)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>246.143</b>	<b>227.631</b>
<b>Lucros (prejuízos) dos acionistas</b>	<b>150.235</b>	<b>85.929</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTuris”), com sede na Rua Boa Vista, 280, 16º andar, Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos de pequeno, médio e grande porte, carnaval, congressos e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia aprovou em 25 de março de 2025 as presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2025.

#### **1.1. Empresa Estatal dependente**

Durante o exercício de 2024, após 03 (três) anos, de resultados positivos e sem nenhum pedido de subvenção, a Companhia, por meio de Processo SEI 7210.2024/0003213-9, formalizou o pedido de exclusão da dependência e, com a aprovação dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal da Fazenda (SF), a SPTURIS voltou a ser independente a partir do exercício de 2025.

#### **1.2. Concessão Complexo Anhembi**

Em 14 de janeiro de 2021 foi homologado o procedimento licitatório promovido pela “Concorrência Internacional nº 001/20”, o qual adjudicou a concessão do “Complexo Anhembi” à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e o Interveniente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R\$ 53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022.

A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R\$ 12.113 mil – valor atualizado anualmente pela variação do IPCA) e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária.

A assinatura da “ORDEM DE INÍCIO” ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária.

Os bens vinculados à Concessão são reversíveis para a SPTuris, ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

Os autos do processo licitatório da Concessão constam do processo SEI Nº 7210.2020/0000956-3.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das suas atividades, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Administração da Companhia declara e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados a valor justo.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas, seguindo as orientações do **Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/22** emitido pela CVM.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos de cálculos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do exercício social anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

**a) Moeda funcional** – As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados;

**b) Apuração do resultado** – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- A receita referente à Outorga do Complexo do Anhembi é reconhecida de forma linear durante a vigência do contrato, e os valores contingentes são reconhecidos conforme se tornem exigíveis;
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);

**c) Estimativas contábeis** – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, propriedade para investimentos, receita diferida, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

**d) Instrumentos financeiros** – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Assim como neste exercício de 2024, bem como durante o exercício de 2023, não foram realizadas operações com instrumentos

financeiros derivativos;

**e) Caixa e equivalentes de caixa** – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor justo, com objetivo de atender a compromissos de curto prazo e limites utilizados de conta garantida;

**f) Contas a receber de clientes** – As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

**g) Propriedade para investimento** – Inclui os ativos cujo direito de uso foi cedido por 30 (trinta) anos do âmbito do Contrato de Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi. A Companhia adota o método do custo. Os terrenos foram reavaliados na data base 10/2006. Edifícios, benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos também foram reavaliados na data base de 10/2006 e, a partir desta, são incorporados pelo custo de aquisição. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa nº 8;

**h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “impairment”** -: O saldo de imobilizado, outros ativos e propriedade para investimentos serão revistos anualmente ou durante o ano, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**i) Intangível** – A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos de terceiros.

Os ativos arrendados são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamento de ativos de baixo valor e
- Arrendamento com duração igual ou inferior a 12 meses.

São inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescidos por:

- Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; e
- Custos diretos incorridos iniciais.

Os ativos arrendados são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento;

**j) Adiantamentos de Clientes** – A Companhia recebeu antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. Os contratos de serviços/locações, a partir da concessão, foram repassados à Concessionária;

**k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante** – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

**l) Passivo circulante e passivo não circulante** – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

**m) Arrendamento** – Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita do contrato. Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros/reajustes cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados;

**n) Provisão para Contingências** – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, Resolução CVM nº 72/22 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

**o) Imposto de renda e contribuição social** – O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados.

**p) Reserva de reavaliação** – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

**q) Reconhecimento da receita** – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

**r) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas** – Até 31 de dezembro de 2024, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

#### 4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

##### **Alterações de novas normas que estão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2024.**

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IAS 1** - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e Passivos Não Circulantes com *Covenants*;
- **Alterações ao IFRS 16** - Passivo de Arrendamento em uma Venda e *Leaseback*;
- **Alterações ao IAS 7 e IFRS 7** - Acordos de Financiamento de Fornecedores.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

##### **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024:

- Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade;
- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros; e
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos Conta movimento	(3)	(15)
Aplicações financeiras	91.092	58.021
	<b>91.089</b>	<b>58.006</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

São compostas por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Clientes no País	17.928	31.872
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo) (a)	61.409	48.082
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.842)	(4.842)
	<b>74.495</b>	<b>75.112</b>

(a) Refere-se principalmente ao contas a receber com as Secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquidas da estimativa de perdas, classificadas no ativo circulante estão demonstrados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer:	33.054	51.738
Vencidos até 30 dias:	9.717	4.275
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	9.297	4.569
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	4.708	3.188
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	7.526	2.687
Vencidos há mais de 180 dias:	15.034	13.496
<b>Total:</b>	<b>79.336</b>	<b>79.953</b>

Valores referem-se, em sua maioria, com o Contas a Receber com a Prefeitura do Município de São Paulo.

#### **Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Saldo no início do exercício</b>	4.842	4.842
Aumento da provisão	-	159
Reversão de provisão	-	(159)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>4.842</b>	<b>4.842</b>

#### **7. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRPJ a compensar (a)	62.671	37.747
CSLL a compensar	8.576	10.461
INSS a compensar (b)	110.611	55.003
	<b>181.858</b>	<b>103.211</b>

(a) IRPJ a Compensar é constituído pela retenção de IRRF sobre as notas fiscais e saldo negativo apurado em exercícios anteriores e neste exercício de 2024.

(b) O INSS a Compensar diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados. Em novembro de 2024, foi firmado contrato para realização de estudos e viabilidade na recuperação de valores de INSS, em disponibilidade caixa, junto à Receita Federal do Brasil.

## 8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Investimentos – Propriedades para investimentos	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/12/2024	Líquido 31/12/2023
Terrenos	-	121.122	-	-	121.122	121.122
Complexo Anhembi	3,73%	170.636	(95.981)	-	74.655	-
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	-	-	-	-	72.346
Túnel de serviços	4,14%	-	-	-	-	1.220
Estacionamento	3,45%	-	-	-	-	4.458
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	-	-	-	-	892
Instalações	10%	-	-	-	-	1.379
<b>Propriedades para Investimento</b>	<b>2% a 25%</b>	<b>291.758</b>	<b>(95.981)</b>	<b>-</b>	<b>195.777</b>	<b>201.417</b>

A movimentação de investimentos está demonstrada a seguir:

Investimentos - Propriedades para Investimentos	Líquido 31/12/2023	Baixas líquidas	Transferências	Adições	Depreciação	Líquido 31/12/2024
Terrenos	121.122	-	-	-	-	121.122
Complexo Anhembi	-	-	80.295	-	(5.641)	74.655
Edifícios e benfeitorias	72.346	-	(72.346)	-	-	-
Túnel de serviços	1.220	-	(1.220)	-	-	-
Estacionamento	4.458	-	(4.458)	-	-	-
Ruas, praças e jardins	892	-	(892)	-	-	-
Instalações	1.379	-	(1.379)	-	-	-
<b>Total de Investimentos</b>	<b>201.417</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.641)</b>	<b>195.777</b>

Com base no item 53 do CPC 28 – Propriedades para Investimento – tendo em vista que não estão disponíveis mensurações no mercado de alternativas de valor justo em operações semelhantes à propriedade objeto da concessão, e que não há bases suficientemente seguras para projeções de fluxos de caixa descontados pelo fato de que a propriedade para investimento só terá seu valor justo confiável a partir da conclusão das obras da concessionária, mensuramos a propriedade para investimento utilizando o método do custo do CPC 27.

Nesse momento, não há parâmetros para que seja feita uma avaliação a valor justo.

## 9. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/12/2024	Líquido 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	5.651	(4.983)	-	710	691
Veículos		688	(688)	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	2.230	(2.130)	-	100	80
Outros ativos fixos	20% e 10%	283	(270)	-	13	15
<b>Total imobilizado</b>		<b>8.852</b>	<b>(8.071)</b>	<b>-</b>	<b>781</b>	<b>786</b>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Imobilizado	Líquido 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Reversão de desvalorização	Líquido 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	691	234	-	(247)	-	678
Móveis e Utensílios	80	28	-	(18)	-	90
Outros ativos fixos	15	-	-	(2)	-	13
<b>Total Imobilizado</b>	<b>786</b>	<b>262</b>	<b>-</b>	<b>(267)</b>	<b>-</b>	<b>781</b>

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor.

## 10. INTANGÍVEL

Intangível	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2024	Líquido 31/12/2023
Arrendamentos	20%	5.448	(1.319)	4.129	3.617

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

Intangível	Líquido 31/12/2023	Adição	Amortização	Líquido 31/12/2024
Arrendamentos	3.617	1.861	(1.349)	4.129

A adição refere-se ao prédio da nova sede, e a inclusão do aluguel do 10º Andar.

## 11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	39.837	20.955
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias:	(a) 1.543	15.741
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a) 577	124
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a) 171	20
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a) 42	282
Vencidos há mais de 180 dias	(b) 844	6.075
<b>Total</b>	<b>43.014</b>	<b>43.197</b>

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o Fisco. Outros fornecedores com até 180 dias em atraso, decorrem de questões referentes à prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que, em sua maioria, estão sendo discutidas judicialmente.

## 12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rescisões	1	-
INSS empresa	1.995	1.881
INSS retido	136	124
Férias e encargos	4.487	3.966
IRRF	882	719
FGTS	273	238
Consignações	29	37
Dissídio e encargos salariais	142	156
	<b>7.945</b>	<b>7.121</b>

### 13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Circulante</b>			
IRPJ a recolher		-	21.929
CSLL a recolher		-	7.906
Prefeitura de São Paulo (IPTU/2021)		-	19.549
Parcelamento IPTU/ISS	(a)	15.417	13.774
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher	(b)	1.223	980
PIS a recolher	(b)	800	212
Impostos retidos		1.048	630
		<b>18.488</b>	<b>64.980</b>
<b>Não circulante</b>			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	116.251	115.576
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		3.886	4.332
		<b>120.137</b>	<b>119.908</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>		<b>138.625</b>	<b>184.888</b>

(a) Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Saldo de R\$ 71.199 em 31/12/2024 referente a 125 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora.

Em 01/10/2021 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 17.557/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações decorrem de autuações adicionais de IPTU de 2014 a 2020. Saldo de R\$ 50.018 em 31/12/2024, referente a 81 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 60% dos juros de mora.

Em 24/11/2023 a Companhia aderiu à Transação de Débitos Municipais – TDM, regulamentada pelo Decreto nº 60.939/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essa obrigação refere-se ao IPTU do exercício de 2021. Saldo de R\$ 10.450 em 31/12/2024, referente a 107 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 95% da multa e 95% dos juros de mora.

Os benefícios de redução de encargos, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, caso haja inadimplência

Os parcelamentos do PPI classificados no passivo não circulante em 31 de

dezembro de 2024 têm o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>R\$ mil</u>
2026	15.417
2027	15.417
2028	15.417
2029	15.417
2030 em diante	54.583
<b>Total</b>	<b>116.251</b>

- (b) Em novembro de 2022, a SPTuris aderiu à Instrução Normativa RFB nº 2.114/2022, que dispõe sobre a aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), atualizada pelos artigos vetados pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e publicação na Edição Extra B do DOU de 18/3/2022. Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia do COVID-19 e Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022. Esta consolida as normas sobre a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação. A oportunidade dessa adesão contempla a aplicação da alíquota zero para os tributos de PIS/Pasep e Cofins sobre as atividades permitidas. Há previsão do fim do benefício do Perse para o primeiro semestre de 2025.

#### 14. ARRENDAMENTOS

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o imóvel alugado da sede caracteriza-se como um arrendamento mercantil financeiro, tendo em vista o fato de ser um direito de uso contratado por um prazo de 60 meses e ter valor relevante.

O aumento nos arrendamentos, se deve a locação de mais um andar no imóvel alugado para uso da sede.

O valor referente ao reconhecimento inicial do direito de uso do ativo arrendado e da obrigação assumida é demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reconhecimento inicial do direito de uso		
5 anos de aluguel	1.861	-
Saldo anterior / Valor do direito de uso inicial	3.617	4.759
Amortização	(1.349)	(1.142)
<b>Saldo no Ativo Intangível</b>	<b>4.129</b>	<b>3.617</b>

Arrendamento a pagar		
Saldo inicial	5.642	4.895
Juros/Reajustes incorridos	98	260
Pagamentos	(1.383)	(1.328)
	<b>4.357</b>	<b>3.827</b>
Circulante	1.533	843
Não circulante	2.824	2.984

## 15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Circulante</b>		
Adiantamentos de clientes	359	62
Concessão Anhembi diferida	1.791	1.966
	<b>2.150</b>	<b>2.028</b>
<b>Não circulante</b>		
Concessão Anhembi diferida	46.276	48.068
	<b>46.276</b>	<b>48.068</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>48.426</b>	<b>50.096</b>

## 16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos,

entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) e Resolução CVM Nº 72/22.

### (a) Provisões constituídas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	9.635	9.097
Trabalhistas	8.532	9.475
Provisão para dissídios e encargos	22.449	32.608
<b>Total</b>	<b>40.616</b>	<b>51.180</b>

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
<b>Saldos no final do exercício 31/12/2023</b>	<b>9.097</b>	<b>9.475</b>	<b>32.608</b>
Novos processos	4	3.670	-
Processos baixados	(300)	(4.598)	-
Alterações nos processos existentes	834	(15)	(10.159)
<b>Saldos no final do exercício 31/12/2024</b>	<b>9.635</b>	<b>8.532</b>	<b>22.449</b>

**Cíveis** – O aumento mais relevante na provisão das contingências cíveis decorre de ações por prejuízos causados a expositores em razão de gotejamento ocorrido durante uma grande feira no Pavilhão de Exposições em 2016.

**Trabalhistas** – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

**Provisão para dissídio e encargos** – Refere-se aos dissídios de acordos coletivos de trabalho de 2017 e 2018, para aumento nos salários, vales alimentação e refeição, encargos trabalhistas e piso salarial.

#### (b) Passivos contingentes não provisionados

<u>Tipo de Ação</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ações Cíveis	23.833	20.611
Trabalhistas	4.402	9.259
	<b>28.235</b>	<b>29.870</b>

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau/ de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 3.464 (R\$ 3.104 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da Companhia acredita que a resolução destes processos judiciais classificados nas probabilidades de perdas possíveis e prováveis não produzirão efeitos significativamente diferentes aos montantes provisionados, suportados pela opinião de nossa área Jurídica.

#### 17. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante	840	840
Não circulante	8.831	9.670
<b>Total de subvenções governamentais</b>	<b>9.671</b>	<b>10.510</b>

Referem-se a subvenções a realizar como receitas, proporcionalmente à realização da depreciação das reformas e melhorias feitas no complexo Anhembi em razão do Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013 com o Ministério do Turismo. (Lei 11.578/2007, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC).

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 31/12/2024
Ações da PMSP	8.237.283	-	27.765	8.265.048	238.116
Ações em tesouraria	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários	170.215	44.544	62.971	277.730	8.001
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>8.407.877</b>	<b>45.022</b>	<b>90.995</b>	<b>8.543.894</b>	<b>246.149</b>

A Companhia contava com cerca de 3.635 acionistas em 31/12/2024. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais classe A e AHEB6 para ações preferenciais classe B.

### b) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>117.913</b>	<b>(4.331)</b>	<b>113.582</b>
Realização da reserva de reavaliação	(2.224)	-	(2.224)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	445	445
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>115.689</b>	<b>(3.886)</b>	<b>111.803</b>

### c) Ajuste de Exercícios Anteriores

Balanco Patrimonial				Demonstrações dos resultados			
ATIVO	DEZ/23	AJUSTE	AJUSTADO	PASSIVO	DEZ/23	AJUSTE	AJUSTADO
<b>CIRCULANTE</b>	<b>241.059</b>	<b>13.191</b>	<b>254.250</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>121.364</b>	-	<b>121.364</b>
Caixa e equivalentes caixa	58.006	-	58.006	Fornecedores	43.197	-	43.197
Contas a receber de clientes	75.112	-	75.112	Obrigações trabalhistas	7.121	-	7.121
Tributos a recuperar	103.211	13.191	116.402	Obrigações tributárias	64.980	-	64.980
Despesas antecipadas	4.612	-	4.612	Arrendamentos	843	-	843
Outros valores a receber	118	-	118	Recursos Carnaval futuro	256	-	256
				Empresas municipais	391	-	391
				Adiantamentos de clientes	2.028	-	2.028
				Receita diferida ISS/IPTU	1.708	-	1.708
				Subvenções	840	-	840
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>208.924</b>	-	<b>208.924</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>248.077</b>	-	<b>248.077</b>
Realizável a Longo Prazo	3.104	-	3.104	Empresas Municipais	131	-	131
Propriedades para Investimento	201.417	-	201.417	Obrigações tributárias	119.908	-	119.908
Imobilizado	786	-	786	Arrendamentos	2.984	-	2.984
Intangível	3.617	-	3.617	Provisões para contingências	51.180	-	51.180
				Adiantamentos de clientes	48.068	-	48.068
				Receita diferida – ISS/IPTU	16.136	-	16.136
				Subvenções	9.670	-	9.670
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>80.542</b>	<b>13.191</b>	<b>93.733</b>
				Capital Social	246.149	-	246.149
				Reserva de Reavaliação	113.582	-	113.582
				Prejuízos Acumulados	(279.189)	13.191	(265.998)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>449.983</b>	<b>13.191</b>	<b>463.174</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>449.983</b>	<b>13.191</b>	<b>463.174</b>

  

	DEZ/23	AJUSTE	AJUSTADO
Receita líquida de prestação de serviços	609.511	-	609.511
Custo dos serviços prestados	(424.209)	-	(424.209)
Resultado bruto	185.302	-	185.302
Despesas operacionais	(62.605)	-	(62.605)
Despesas administrativas	(63.513)	-	(63.513)
Outras receitas operacionais	908	-	908
Resultado operacional antes do resultado financeiro	122.697	-	122.697
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras, líquidas	(10.717)	-	(10.717)
Resultado antes dos tributos sobre lucro	111.980	-	111.980
Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.051)	13.191	(12.860)
Lucro Líquido dos exercícios	85.929	13.191	99.120

O montante ajustado no Patrimônio Líquido (PL), no valor de R\$ 13.191, refere-se a lançamento de transferência de classificação do saldo negativo de IRPJ (R\$ 5.900) e CSLL (R\$ 7.291), referente ao exercício de 2023, que estava registrado no Ativo Circulante, sendo identificado posteriormente ao exercício já encerrado.

### 19. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas brutas, antes da dedução dos impostos sobre os serviços, cancelamentos de cessões de áreas e descontos são demonstradas abaixo.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Receita bruta</b>		
Eventos	716.437	562.969
Outras receitas	365	982
Concessão Parque Anhembi	13.028	16.057
<b>Total da receita bruta</b>	<b>729.830</b>	<b>580.008</b>
<b>Deduções da Receita Bruta</b>		
Impostos		
(-) COFINS	(2.150)	(5.902)
(-) PIS	(709)	(1.047)
Total de impostos	(2.859)	(6.949)
Outras deduções da receita	(610)	(1.694)
<b>Total de deduções</b>	<b>(3.469)</b>	<b>(8.643)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>726.361</b>	<b>571.365</b>
<b>Subvenções municipais</b>	<b>-</b>	<b>38.146</b>
<b>Receita líquida, incluindo subvenções</b>	<b>726.361</b>	<b>609.511</b>

## 20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

### 20.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Serviços prestados	(516.579)	(407.221)
Mão de obra direta	(25.788)	(12.756)
Depreciação	(4.187)	(4.232)
	<b>(546.554)</b>	<b>(424.209)</b>

### 20.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Remunerações, encargos sociais e benefícios	(36.420)	(35.067)
Utilidades e serviços	(351)	(249)
Honorários	(1.131)	(852)
Manutenções e locações	(3.831)	(4.114)
Despesas gerais	(9.524)	(9.997)
Propaganda e publicidade	(86)	(11)
Tributos, taxas e contribuições	(439)	(762)
Depreciações e amortizações	(1.720)	(1.457)
Provisões e reversões de provisões	10.791	(11.004)
	<b>(42.711)</b>	<b>(63.513)</b>

## 21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Perdas com contas a receber	(4.133)	(114)
Variações monetárias e juros passivos	(11.070)	(18.743)
Receitas de aplicações financeiras	7.219	3.535
Multas	(293)	(1.021)
Receita diferida realizada	4.596	7.165
Outras despesas e receitas financeiras	171	(1.539)
	<b>(3.510)</b>	<b>(10.717)</b>

## 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Lucro antes do IR e CSLL	74.859	111.980
Despesa não dedutíveis	513	1.520
Provisões não dedutíveis	(4.185)	17.555
Realização da reserva de reavaliação	375	1.284
Outras adições	2.907	1.135
Outras adições (CSLL)	-	8.121
Exclusões	-	(8.026)
Compensação de prejuízos acumulados	(22.341)	(37.635)
Compensação de prejuízos acumulados (CSLL)	(22.311)	(37.647)
IR e CSLL efetivos	(8.001)	26.051
Taxa efetiva	<b>0%</b>	<b>23,3%</b>

## 23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

- Setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo.
- Setor privado, onde é explorada a locação do Auditório Bruno Covas, localizado no 11º andar da Sede Administrativa da SPTuris, sito à Rua Boa Vista, 280 – Centro – SP, para realização de eventos de qualquer espécie, bem como a receita da outorga variável, referente à Concessão do Complexo Anhembi para a empresa GL Events.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31/12/2024 e 31/12/2023:

<b>Demonstração de Resultados de 2024</b>			
	<b>Público</b>	<b>Privado</b>	<b>Total</b>
Receita líquida	712.968	13.393	726.361
Custos variáveis e fixos	(546.554)	-	(546.554)
<b>Lucro bruto (antes das subvenções)</b>	<b>166.414</b>	<b>13.393</b>	<b>179.807</b>
Subvenções municipais	-	-	-
<b>Lucro bruto (após subvenções)</b>	<b>166.414</b>	<b>13.393</b>	<b>179.807</b>
Despesas administrativas			(42.711)
Outras receitas operacionais			8.647
Resultado financeiro			(3.510)
Imposto de Renda e Contribuição Social			8.002
<b>Lucro líquido</b>			<b>150.235</b>

<b>Demonstração de Resultados de 2023</b>			
	<b>Público</b>	<b>Privado</b>	<b>Total</b>
Receita líquida	562.315	9.050	571.365
Custos variáveis e fixos	(424.209)	-	(424.209)
<b>Lucro bruto (antes das subvenções)</b>	<b>138.106</b>	<b>9.050</b>	<b>147.156</b>
Subvenções municipais	38.146	-	38.146
<b>Lucro bruto (após subvenções)</b>	<b>176.252</b>	<b>9.050</b>	<b>185.302</b>
Despesas administrativas			(63.513)
Outras receitas operacionais			908
Resultado financeiro			(10.717)

Imposto de Renda e Contribuição Social					(26.051)
<b>Lucro líquido</b>					<b>85.929</b>

## 24. LUCRO / (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/12/2024	31/12/2023
Numerador		
Lucro (prejuízo) no exercício atribuível às ações ordinárias em circulação	2.928	1.675
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada do número de ações em circulação	166.554	166.554
<b>Lucro (prejuízo) líquido por ação básico no exercício</b>	<b>17,58</b>	<b>10,06</b>

## 25. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância segurada	
		31/12/2024	31/12/2023
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	16.754	16.754

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos</b>			
Bens numerário e conta movimento	(3)	-	(3)
Aplicações financeiras	-	91.092	91.092
Contas a receber e clientes	74.495	-	74.495
Impostos a recuperar	181.858	-	181.858
Outras contas a receber	395	-	395
	<b>256.745</b>	<b>91.092</b>	<b>347.838</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	43.014	-	43.014
Obrigações trabalhistas	7.945	-	7.945
Obrigações tributárias	138.625	-	138.625
Arrendamentos	4.357	-	4.357
Empresas municipais	137	-	137
	<b>194.078</b>	<b>-</b>	<b>194.078</b>

#### b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

#### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5) e Contas a receber (nota explicativa nº 6). A Companhia em 31 de dezembro de 2024 tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados nas notas explicativas nº 11 a 17, respectivamente. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	<b>Valor contábil</b>	<b>Total</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Passivos financeiros						
Fornecedores	43.014	43.014	43.014	-	-	-
Trabalhistas e Tributárias	146.570	146.570	30.319	15.417	46.252	54.582
Arrendamentos	4.357	4.357	1.533	1.662	1.162	-
Partes relacionadas	137	137	137	-	-	-
Provisões para contingências	40.616	40.616	-	40.616	-	-
<b>Total</b>	<b>234.694</b>	<b>234.694</b>	<b>75.003</b>	<b>57.695</b>	<b>47.414</b>	<b>54.582</b>

#### e) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de “Caixa e equivalente de caixa”. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é R\$ 91.092.

#### f) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

### 27. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média de 15%, e impostos. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Ativos</b>		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	61.409	48.082
	<b>61.409</b>	<b>48.082</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Curto prazo</b>		
PMSP Eventos a realizar (Repasse)	256	256
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	15.417	13.774
SPTrans	137	391
	<b>15.810</b>	<b>14.421</b>
<b>Longo prazo</b>		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	116.251	115.576
SPTrans	-	131
	<b>116.251</b>	<b>115.707</b>
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Receita Bruta de eventos	716.437	562.969
Deduções da receita	(1.669)	(654)

Receita líquida	714.768	562.315
Custos variáveis e fixos	(533.080)	(375.074)
Lucro bruto (antes das subvenções)	181.688	187.241
Subvenções municipais	-	38.146
Lucro bruto (após subvenções)	<b>181.688</b>	<b>225.387</b>

**Receitas com prestações serviços por Contrato – Secretarias**

<b>Nº CONTRATO – SECRETARIA</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
002/2021-SMRI	-	54
024/2021-SMS-EVENTOS DIVERSOS	10.671	12.558
048/2021-SFMSP EVENTOS DIVERSOS	-	103
001/2022-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	-	9.876
003/2022-SEME-SEL-EVENTOS DIVERSOS 2022	-	3.606
003/2022-SMUL-REUNIOES DO PLANO DIRETOR	-	78
005/2022-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	-	2.358
009/2022-SMPED-EVENTOS DIVERSOS	-	605
010/2022-SGM EVENTOS DIVERSOS	-	2.087
011/2022-SMRI-ACOES POLO DE ECOTURISMO	476	9.944
011/2022-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	-	1.634
012/2022-SMRI-EVENTOS DIVERSOS	-	435
014/2022-SMTUR-CARNAVAL 2023-APOIO	-	819
015/2022-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	-	22.954
017/2022-SMTUR-FESTIVAL DE NATAL 2022	-	1.036
018/2022-SMTUR-REVEILLON 2023	-	1.233
024/2022-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	-	4.676
025/2022-SMT	-	4.126
028/2022-SEME-EVENTOS DIVERSOS	-	1.083
035/2022-SMPED-EVENTOS DIVERSOS	-	2.232
036/2022-SMADS-OP BAIXAS TEMP	-	1.256
061/2022-SEME-VIRADA ESPORTIVA 2022	-	1.498
001/2023-SMRI-VIRADA ODS	25	5.284
002/2023-SMRI-II SIDC	-	815
002/2023-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	-	43.746
003/2023-SMTUR-CARNAVAL 2023-INFRA	-	20.028
004/2023-SMPED-EVENTOS DIVERSOS	-	1.145
004/2023-SMT-CARNAVAL 2023+EVENTOS DIVERS	-	9.974
005/2023-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	-	65.557
006/2023-SMTUR-VIRADA CULTURAL 2023	-	19.501
007/2023-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS-TURISMO	(80)	9.392
008/2023-SMRI-EVENTOS DIVERSOS	319	284
009/2023-SMRI-III EXPO CONSC. NEGRA	-	6.979
010/2023-SMRI-III EXPO CONSC. NEGRA	-	4.838
010/2023-SMSUB/CARNAVAL DE RUA	-	24.556
012/2023-SMRI-SAO PAULO SUMMIT	-	1.438
013/2023-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	-	35.202
019/2023-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	-	28.076
020/2023-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	2.999	26.993
022/2023-SMTUR-CARNAVAL INFRA	14.299	6.127

023/2023-SGM EVENTOS DIVERSOS	-	3.118
023/2023-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS-TURISMO	501	7.049
024/2023-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	22.748	58.499
025/2023-SMTUR-CACHE DE DESFILE	6.187	9.487
026/2023-SMT-FESTIVAL DE NATAL	1.302	11.927
028/2023-SMTUR-REVEILLON 2024	852	7.664
029/2023-SEME-EVENTOS DIVERSOS	410	5.348
031/2023-CMSP-EVENTOS DIVERSOS	181	112
031/2023-SGM-THE TOWN 2023	-	27.103
032/2023-SPP (INFRA CIDADES)	-	6
039/2023-SMPED-EVENTOS DIVERSOS	226	1.239
046/2023-SVMA-EVENTOS DIVERSOS	244	209
049/2023-SMADS-OP BAIXAS TEMPERATURAS	-	20.724
052/2023-SGM-EVENTOS DIVERSOS	6.622	-
077/2023-SMC-EVENTOS DIVERSOS	14.197	3.234
082/2023-SMPED-EVENTOS DIVERSOS	2.854	-
093/2023-SMC- EVENTOS DIVERSOS	11.872	-
094/2023-SMADS-EVENTOS DIVERSOS	51.970	4.660
001/2024-SMRI-VIRADA ODS 2024	4.871	-
001/2024-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	64.999	-
003/2024-SMRI-POLO DE ECOTURISMO	(16)	-
004/2024-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	29.999	-
005/2024-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS-TURISMO	7.442	-
006/2024-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	43.745	-
008/2024-SMRI-DESFILE CIVICO MILITAR	1.497	-
008/2024-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	37.997	-
009/2024-SGM-FORMULA E	57.776	-
009/2024-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	30.971	-
010/2024-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	14.998	/ -
011/2024-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	11.677	-
012/2024-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	22.498	-
013/2024-SMTUR-REVEILLON 2024-2025	9.000	-
013/SMC/2024-EVENTOS DIVERSOS	9.997	-
014/2024-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS	4.998	-
014/SMC/2024-VIRADA CULTURAL	29.164	-
015/2024-SGM-EVENTOS DIVERSOS	4.604	-
015/2024-SMTUR-CACHE DE DESFILE	14.068	-
021/SMC/2024-EVENTOS DIVERSOS	12.498	-
024/2024-SEME-TACA DAS FAVELAS	2.999	-
026/2024-SGM-FIA WEC	65.403	-
027/2024-SMSUB-CARNAVAL DE RUA 2024	1.259	-
030/2024-SEME-EVENTOS DIVERSOS	6.299	-
033/2024-SPP-INFRA CIDADES	7	-
037/2024-SMC-EVENTOS DIVERSOS	6.685	-
041/2024-SGM-EVENTOS DIVERSOS	15.817	-
047/2024-SME-EVENTOS DIVERSOS	9.480	-
052/2024-SGM-FORMULA E	45.006	-
071/2024-SMADS-EVENTOS DIVERSOS	103	-

080/2024-SVMA-3 CONG. BRAS. DE TRILH	1.434	-
SMRI-ACOES POLO DE ECOTURISMO 24/25	287	-
INDENIZATORIO	-	8.001
PREFEITURA – OUTROS	-	403
<b>TOTAL</b>	<b>716.437</b>	<b>562.969</b>

## 28. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia em 2024 foi de R\$ 3.020, e no ano de 2023 foi de R\$ 3.016. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal.

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 26 de março de 2025, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações financeiras.

A Companhia protocolou, em janeiro de 2025, junto à Receita Federal do Brasil, a solicitação de Devolução, de créditos de INSS Retido, na ordem de R\$ 94.601.

Não temos conhecimento de eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de janeiro de 2025 e 26 de março de 2025, além dos que já estão reportados nestas demonstrações financeiras, segundo nosso melhor entendimento.

## 30. OUTROS ASSUNTOS

### Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC ") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da

Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

\*\*\*

SÃO PAULO TURISMO S.A.  
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60  
NIRE 35300015967

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA  
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2025**

**DATA E LOCAL:** 25 de março de 2025, às 12h00, de forma presencial, na sede da Companhia.

**PRESENCAS:** Participaram os membros da Diretoria Executiva, Srs. Gustavo Garcia Pires – Diretor Presidente, Daniel Oshiro Viana – Diretor de Inovação, Marketing e Parcerias, Felipe Américo Pita – Diretor Eventos e Turismo, Pedro Henrique Krawczyk Pauli – Diretor Jurídico e de Conformidade, Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados, Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relações com Investidores e Sandro Augusto Cuoghi – Diretor de Estruturação de Negócios.

**INSTALAÇÃO:** Instalada a Reunião da Diretoria Executiva segundo o quórum legal.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires. Secretária, Gabriela Luiggi Senatore.

**ORDEM DO DIA:** Examinar e aprovar a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024.

**REGISTROS e DELIBERAÇÕES:**

O Diretor Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item único da Ordem do Dia da presente reunião.

Na sequência, o Presidente da Mesa colocou em votação o item único da Ordem do Dia, disponibilizando para exame e apreciação de todos os Diretores presentes a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024.

Tendo achado os documentos examinados em conformidade com os requisitos técnicos aplicáveis, refletindo, por consequência, a situação econômico-financeira, operacional e administrativa da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31/12/2024, **a unanimidade dos membros da Diretoria da Companhia aprovaram, na íntegra e sem quaisquer ressalvas, a versão final das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024**, pelo que assinaram referidas Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras, que permanecerão arquivados na sede da Companhia.

Na sequência, a Diretoria recomendou que os documentos referentes às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo 31/12/2024 sejam submetidos (a) ao exame e apreciação do Conselho de Administração, para manifestação, nos termos do art. 142, V, da Lei nº 6.404/76, (b) ao exame e apreciação do Conselho Fiscal, para que este possa emitir o

seu parecer, nos termos do art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.404/76 e, após, (c) sejam os referidos documentos colocados à disposição dos acionistas para posterior exame e deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 25 de março de 2025

*(todos com assinatura eletrônica)*

**GUSTAVO GARCIA PIRES** - Diretor Presidente

**RODRIGO KLUSKA ROSA** - Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

**FELIPE AMÉRICO PITA** – Diretoria de Clientes e Eventos

**SANDRO AUGUSTO CUOGHI** - Diretor de Estruturação de Negócios

**PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI** - Diretor Jurídico e de Conformidade

**RAFAEL CARVALHO DA LAVRA** - Diretor de Representação dos Empregados

**DANIEL OSHIRO** – Diretoria de Inovação, Marketing e Parcerias

**GABRIELA LUIGGI SENATORE** - Secretária de Governança Corporativa

*(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 25 de março de 2025)*

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor

Os Membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, Inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que reviram, discutiram e aprovaram na íntegra, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a versão final das Demonstrações da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 25 de março de 2025

**GUSTAVO GARCIA PIRES** - Diretor Presidente

**RODRIGO KLUSKA ROSA** - Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

**FELIPE AMÉRICO PITA** – Diretoria de Clientes e Eventos

**SANDRO AUGUSTO CUOGHI** - Diretor de Estruturação de Negócios

**PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI** - Diretor Jurídico e de Conformidade

**RAFAEL CARVALHO DA LAVRA** - Diretor de Representação dos Empregados

**DANIEL OSHIRO** – Diretoria de Inovação, Marketing e Parcerias

**GABRIELA LUIGGI SENATORE** - Secretária de Governança Corporativa

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**CNPJ nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967**  
**COMPANHIA ABERTA**

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

O Comitê de Auditoria da São Paulo Turismo S/A (“SPTuris”) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e atua, desde sua implantação em julho de 2018, de acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno, tendo por competência opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente, bem como acompanhar o trabalho destes, avaliando sua independência e objetividade; supervisionar as atividades da auditoria interna e as atividades desenvolvidas, qualidade e integridade dos mecanismos nas áreas de controle interno; supervisionar o processo de elaboração das demonstrações financeiras; monitorar as informações e medições divulgadas pela empresa, avaliando as exposições de riscos da SPTuris e a adequação das transações com partes relacionadas.

Para o exercício de supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Diretoria e responsáveis por áreas da SPTuris; nos trabalhos da auditoria interna e da auditoria independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das Demonstrações Financeiras da SPTuris, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrente da legislação societária e das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

**1. Atividades do Comitê de Auditoria no exercício social de 2024**

No cumprimento de suas atribuições, relativamente ao exercício social de 2024 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

**a. Auditoria Independente:** O Comitê realizou reuniões com a Conatus Auditores Independentes (Conatus) para discutir e apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos em 2024, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros. As recomendações incluídas no relatório de controles internos foram apresentadas ao Comitê de Auditoria, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade dos negócios da SPTuris.

**b. Auditoria Interna:** O desenvolvimento das atividades regulares da Auditoria Interna continuou ainda prejudicado durante o ano de 2024, apesar da plena dedicação e esforços da liderança da área, tendo alguns trabalhos postergados, tais

como Receitas de Eventos e Rentabilidade de Contratos; Governança Corporativa e Despesas com Pessoal e Folha de Pagamento; Atendimento a LGPD, principalmente em função da reestruturação do quadro geral de funcionários e dedicação ao atendimento de solicitações da Controladoria Geral do Município e da Diretoria. O Plano Geral de Auditoria Interna para 2025 foi discutido e aprovado pelo Comitê.

**c. Demonstrações Financeiras:** O Comitê de Auditoria apreciou o processo e discutiu com a Administração e com a Conatus os critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, dos relatórios financeiros e as respectivas notas explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente para o ano findo em 31 de dezembro de 2024.

**d. Integridade e Riscos:** Durante o exercício de 2024, a Gerência de Integridade e de Gestão de Riscos deu continuidade em algumas frentes de trabalho relacionadas à integridade e gerenciamento de riscos na Companhia. Dentre as principais iniciativas, destaca-se o desenvolvimento do Plano de Gestão de Riscos Corporativos, que resultou na consolidação de mapas de risco por Diretoria e, ao final do exercício, sete riscos corporativos foram aprovados pela Alta Administração (Diretoria Executiva e Conselho de Administração), representando um marco inicial de institucionalização do tema na SPTuris. O Comitê acompanhou a evolução dessas ações e reforça a importância da continuidade desses trabalhos em 2025, incluindo o aprimoramento dos mecanismos de tratamento e monitoramento dos riscos já mapeados.

**e. Outras atividades do Comitê:** i) O Comitê realizou reuniões com diversas áreas da SPTuris, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, canal de denúncia e ouvidoria, transações com partes relacionadas, recuperação de créditos e contingências contábeis e judiciais, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na manutenção e aprimoramento dos procedimentos. O Comitê apresentou relatos sistemáticos das suas atividades e suas recomendações para o Conselho de Administração; ii) O Comitê inquiriu e acompanhou os progressos das obrigações e responsabilidades da Concessão Onerosa, junto à GCN – Gerência de Concessão.

**f. Considerações:** (i) Em julho de 2024, o Sr. Jonathan Singh Mazon foi aprovado/nomeado membro do Comitê. Em 16/10/2024, com efeito em 31/12/2024, o presidente do CAE, Sr. Dorival Alcade, encaminhou ao Conselho de Administração carta de renúncia por motivos estritamente pessoais. Portanto, durante todo o exercício fiscal de 2024 o Sr. Dorival presidiu o CAE, participando ativamente em todas as atividades e responsabilidades pertinentes ao Comitê.

## 2. Conclusão

Em reunião realizada no dia 25 de março de 2025, o Comitê de Auditoria, ponderando suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, avaliou que, mesmo com a necessidade de melhoria em diversos sistemas para adequação ao porte e complexidade das operações, estes, em termos de processos contábeis, conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras da SPTuris para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, pelo que recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

São Paulo, 25 de março de 2025.

Joelson Sampaio  
Membro

Jonathan Singh Mazon  
Membro

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60**  
**NIRE 35300015967**

**ATA DA 3ª REUNIÃO - 2025 - DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO  
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2025**

**DATA, HORA E LOCAL:** 25 de março de 2025, às 17:00h, por videoconferência, via *Microsoft Teams*.

**PRESENCAS:** Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Joelson Sampaio e Sr. Jonathan Mazon.

**INSTALAÇÃO:** Instalada a Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário por voto da unanimidade dos presentes.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Membros do CAE, Sr. Joelson Sampaio e Sr. Jonathan Mazon, e como Secretária, Sra. Gabriela Luigi Senatore.

**ORDEM DO DIA:** Tomar conhecimento do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e manifestação ao Conselho de Administração.

**REGISTROS e DELIBERAÇÕES:**

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos e registrados nas atas da 1ª e da 2ª Reunião - 2025 - do Comitê de Auditoria Estatutário, realizadas em 27 de fevereiro e 20 de março de 2025, os membros tomaram conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e respectivas notas explicativas, aprovados pela Diretoria Executiva em reunião realizada nesta data, e do Relatório da Conatus Auditores Independentes S.S., sem ressalva, emitido em 24 de março de 2025.

Após análise desses documentos, observados registros dos membros do CAE nas atas das reuniões anteriores acima citadas, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário apontaram que, mesmo com a necessidade da continuidade de melhoria para adequação ao porte e complexidade das operações, conforme recomendações registradas em atas de reuniões anteriores do CAE, e sumarizadas em nosso relatório anual, estes, em termos de processos contábeis, conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras da SPTuris para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, pelo que recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Isto posto, os membros do CAE aprovaram o “Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024”, o qual é parte integrante desta ata.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 25 de março de 2025.

**Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:**

**JOELSON SAMPAIO** – Membro

**JONATHAN MAZON** - Membro

**GABRIELA LUIGGI SENATORE** – Secretária de Governança Corporativa

*(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata da 3ª Reunião - 2025 - do Comitê de Auditoria Estatutário, realizada em 25 de março de 2025)*

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60  
NIRE 35300015967

## **ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**DATA, HORA E LOCAL:** 26 de março de 2025, às 11:00h, de forma híbrida: presencial e virtual, via *Microsoft Teams*.

**PRESENCAS:** Presentes os membros do Conselho de Administração, os Srs. Marcos Arbaitman – Presidente, Alexandre Pedercini Issa, Almino Monteiro Alvares Affonso, Antônio Carlos Caruso, Fernando Barrancos Chucre, João Paulo de Brito, Omar Cassim Neto e Saulo Christian da Costa Lima.

Presentes, ainda, o Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Genival Silva, em atendimento ao artigo 163, §3º, da Lei 6.404/76, e o membro do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Joelson Sampaio, em atendimento ao artigo 31-B, §2, da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

Presentes como convidados os Srs. Rodrigo Kluska – Diretor de Gestão e de Relação com investidores, João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria e Sra. Erigleide Quirino da Silva de Oliveira.

**INSTALAÇÃO:** Instalada a Reunião do Conselho de Administração por voto da unanimidade dos presentes.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, Sr. Marcos Arbaitman. Secretária, Sra. Gabriela Luiggi Senatore

**ORDEM DO DIA:** (i) Exame e manifestação quanto ao Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; (ii) Apresentação dos resultados Econômicos e Financeiros da Companhia no mês de fevereiro de 2025 e; (iii) Outros assuntos.

### **REGISTROS e DELIBERAÇÕES:**

Iniciada a reunião, o Presidente do Conselho, Sr. Marcos Arbaitman, saudou os membros do Conselho e demais convidados, iniciando a apreciação dos itens da Ordem do Dia.

Assim, conforme item (i) da Ordem do dia, o Presidente do Conselho informou acerca da disponibilização prévia, para todos os Conselheiros da Administração, das versões finais do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, devidamente analisados e aprovados pela Diretoria Executiva da SPTURIS, em reunião realizada em 25/03/2024, complementados pelo Relatório dos Auditores Independentes e o

Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024.

O Presidente do Conselho de Administração passou a palavra ao Sr. João Paulo Aluizio, Gerente de Controladoria, que apresentou os pontos relevantes do Relatório acima descrito, inclusive no que tange aos resultados positivos obtidos em 2024.

Na sequência, os demais membros do Conselho de Administração, em atendimento às suas atribuições legais e estatutárias, e, considerando, ainda, que realizaram as diligentes e detalhadas análises que julgaram necessárias, manifestaram-se, por unanimidade, favoravelmente, nos termos do art. 142, V, da Lei nº 6.404/76, e aprovaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, considerados o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, encontrando-se em boa ordem para serem remetidos para o exame e opinião dos Conselheiros Fiscais, e, posteriormente, aprovação dos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

Com relação ao item (ii), o Sr. João Paulo Aluizio realizou a apresentação aos membros do Conselho de Administração das Demonstrações de Resultados da Companhia até o mês de fevereiro de 2025. Após questionamentos pertinentes, os conselheiros presentes passam a ter conhecimento do conteúdo deste documento.

Em outros assuntos, item (iii) da ordem do dia, os Conselheiros solicitaram que a Companhia tome as providências necessárias para recomposição do Comitê de Auditoria Estatutário.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 26 de março de 2025.

**Conselheiros:**

*(todos com assinatura eletrônica)*

**MARCOS ARBAITMAN** – Presidente

**ALEXANDRE PEDERCINI ISSA** – Conselheiro

**ALMINO MONTEIRO ALVARES AFFONSO** - Conselheiro

**ANTONIO CARLOS CARUSO** – Conselheiro

**FERNANDO BARRANCOS CHUCRE** – Conselheiro

**JOÃO PAULO DE BRITO** – Conselheiro

**OMAR CASSIM NETO** – Conselheiro

**SAULO CHRISTIAN DA COSTA LIMA** - Conselheiro

**GABRIELA LUIGGI SENATORE** – Secretária de Governança Corporativa

*(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da SPTURIS realizada em 26 de março de 2025).*

SÃO PAULO TURISMO S.A.  
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60  
NIRE 35300015967

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL  
REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2025**

**DATA, HORA E LOCAL:** 27 de março de 2025, às 15:00h, de forma virtual, via plataforma *Microsoft Teams*.

**PRESENCAS:** Presentes os membros titulares do Conselho Fiscal, Sr. Genival Francisco da Silva – Presidente, Sr. Danilo Hatsumura, Eduardo Nordskog Duarte, José Carlos Palacios Munoz e Patrícia Di Donato Firmino.

Presentes, ainda Sr. Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria e Sr. Fábio de Andrade Cardoso – Coordenador de Contabilidade e Orçamento.

**INSTALAÇÃO:** Instalada a Reunião do Conselho Fiscal por voto da unanimidade dos presentes.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os Conselheiros Fiscais e a Secretária, Gabriela Luiggi Senatore.

**ORDEM DO DIA:** (i) Exame e manifestação quanto ao Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; (ii) Outros assuntos.

**REGISTROS e DELIBERAÇÕES:**

Colocado em pauta o item (i), os membros do Conselho Fiscal examinaram os documentos relacionados ao exercício social encerrado em 31/12/2024, incluindo o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos previamente aprovados pela Diretoria Executiva em 25/03/2025 e pelo Conselho de Administração em 26/03/2025.

Durante a análise, foram discutidos, entre outros, os seguintes pontos:

a) **Ajustes de Exercícios Anteriores:** Foi discutido o ajuste contábil decorrente de recálculo de bases de cálculo de tributos entre 2019 e 2023, apurado por consultoria contratada. O impacto do ajuste, no valor de R\$ 13 milhões, resultou no aumento do ativo "Tributos a Recuperar" e conseqüente reflexo no Patrimônio Líquido, sem afetar o resultado de 2024. Os auditores trataram a questão como ênfase e não como ressalva.

b) **Tributos a Recuperar:** Destacou-se que a conta "Tributos a Recuperar" totaliza R\$ 116 milhões, sendo R\$ 91 milhões de INSS e R\$ 45 milhões de IRPJ. Foi solicitada maior granularidade sobre a composição do montante e estabelecido que a Companhia apresentará relatório mensal com a evolução dessa conta, incluindo entradas e compensações.

c) **Retirada da Condição de Estatal Dependente:** Foi informado que a SPTuris deixou de constar na LOA municipal de 2025, tornando-se não dependente. A decisão, embora com efeitos a partir de 2025, foi formalizada com a publicação da LOA em

27/12/2024. Discutiu-se a necessidade (ou não) de menção em notas explicativas ou eventos subsequentes.

d) **Processo de Concessão do Anhembi:** Comentada a nota explicativa sobre o processo licitatório de concessão, sem impactos patrimoniais ou de resultado no exercício.

e) **Provisão de IRPJ sobre Reserva de Reavaliação:** Esclarecido que o passivo corresponde a imposto diferido reconhecido conforme a realização da reserva.

f) **Composição Acionária e Patrimônio Líquido:** Foi observada alteração na quantidade de acionistas minoritários e destacada a ausência de divulgação do valor do patrimônio por ação, sem obrigatoriedade de publicação.

Ao final dos debates, o Conselho Fiscal, por unanimidade, manifestou-se favoravelmente ao Relatório da Administração, às Demonstrações Financeiras, ao Relatório dos Auditores Independentes e ao Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, recomendando sua aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

Foi deliberado que os membros titulares assinariam o **Parecer do Conselho Fiscal**, que será disponibilizado aos acionistas junto aos demais documentos legais.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo, os trabalhos foram suspensos para lavratura desta ata em forma de sumário. Reabertos, foi esta lida e aprovada por unanimidade, sendo assinada pelos presentes e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 27 de março de 2025

Conselheiros:

*(todos com assinatura eletrônica)*

**GENIVAL FRANCISCO DA SILVA** - Presidente

**DANILO HATSUMURA** – Conselheiro

**EDUARDO NORDSKOG DUARTE** – Conselheiro

**JOSÉ CARLOS PALACIOS MUNOZ** – Conselheiro

**PATRÍCIA DI DONATO FIRMINO** - Conselheira

**GABRIELA LUIGGI SENATORE** – Secretária

*(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal realizada em 27 de março de 2025)*

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado aos 31 de dezembro de 2024, com base nos acompanhamentos realizados durante o exercício financeiro, e à vista do relatório dos auditores da Conatus Auditores Independentes S.S., são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2024, observados o parágrafo de ênfase, razão pela qual encaminham para aprovação na Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 27 de março de 2025

GENIVAL FRANCISCO DA SILVA

DANILO HATSUMURA

EDUARDO NORDSKOG DUARTE

JOSÉ CARLOS PALACIOS MUNOZ

PATRÍCIA DI DONATO FIRMINO